

PORTAL G1: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/mp-ajuiza-acao-apos-adiamento-de-cirurgias-no-hut-por-falta-de-enxoval-cirurgico.ghtml>

MP move ação após adiamento de cirurgias no HUT por falta de enxoval cirúrgico

Fundação Municipal de Saúde informou que só vai se pronunciar após notificação.

Por Lucas Barbosa, G1 PI

11/07/2018 12h30 Atualizado há 20 horas



HUT - Hospital de Urgência de Teresina (Foto: Fernando Brito/G1)

O Ministério Público do Piauí instaurou ação civil contra a Fundação Municipal de Saúde após adiamento de cirurgias no Hospital de Urgência de Teresina por falta de enxoval cirúrgico. O problema foi constatado após inspeções nos serviços de duas lavanderias contratadas pela unidade. A FMS informou que só vai se pronunciar quando for notificada.

"A lavagem de roupa do hospital estava com problemas. Havia muitas reclamações a respeito da qualidade da lavagem e do déficit de retorno dessas roupas. As roupas iam e não voltavam em quantidade suficiente para atender às demandas, resultando em adiamento de processos cirúrgicos, inclusive", informou o promotor de justiça Eny Marcos Pontes ao **G1**.

Após inspeções, segundo o MP, foram constatados problemas graves. Uma das lavanderias, Multilav, operava com o alvará da vigilância sanitária vencido, segundo o promotor. A empresa também não apresentou documentos referentes a contratos, não possuía profissional responsável pelas atividades, havia ainda irregularidades no próprio espaço físico, como condições inadequadas de armazenamento, distribuição e transporte das roupas hospitalares. O contrato foi suspenso e outra empresa foi contratada. O G1 tentou, mas não conseguiu contato com a Multilav.

A segunda empresa foi a Lavbras, onde o MP informou que havia problemas em relação ao transporte, conservação e lavagem de roupa hospitalar. O relatório, segundo MP, apontou deficiências a respeito de falta de enxoval cirúrgico, além da constatação de sujeira nos lençóis e compressas, e atrasos frequentes na entrega de roupas cirúrgicas.

"Mandamos ofício para o presidente da FMS e ele resolveu finalizar o contrato com a Multilav e em seguida contratou uma nova empresa, da qual temos recebido reclamações de profissionais e pacientes, reclamando da qualidade da lavagem das roupas", disse o promotor.

Esta empresa continua atendendo o hospital. Breno Mendonça, do departamento comercial da empresa, informou ao G1 que a Lavbras estabelecerá um cronograma de atendimento ao HUT.

"Ainda estamos prestando serviço, dentro de um contrato de higienização, e estamos fechando também um contrato de locação, no qual teremos um cronograma de atendimento a todas essas demandas", afirmou.

Diante da situação, o MP solicitou determinação judicial para que a FMS promova as medidas necessárias para a conclusão das reformas da lavanderia do Hospital de Urgência de Teresina. No caso de descumprimento ou atraso na aplicação da medida, será cobrada multa diária no valor de R\$ 10 mil, que serão revertidos para o Fundo de Monetização do MPPI.

PORTAL OITOMEIA: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2018/07/12/karnak-e-prefeitura-de-the-cedem-aos-medicos-e-afastam-indicios-de-greve/>

Karnak e prefeitura de THE cedem aos médicos e afastam indicativo de greve

Além da exigência do auxílio transporte pelo Estado, médicos cobram da Fundação Municipal de Saúde (FMS) a melhoria das condições de trabalho e do atendimento dos pacientes

12/07/2018 - Atualizado em: 12/07/2018, 09:27 Publicado por: Edrian Santos Repórter: Edrian Santos

A possibilidade de greves na categoria médica piauiense parece ter chegado ao fim, tanto na esfera municipal como estadual. Na última quarta-feira (11/07), o Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi) aceitou, por unanimidade, as propostas da prefeitura de Teresina e também comemorou o decreto assinado pelo governador Wellington Dias que amplia o teto do vale transporte dos servidores do Estado, de R\$ 1.850 para R\$ 2.200.



Governador Wellington Dias que amplia o teto do vale transporte dos servidores do Estado (Foto: Divulgação)

Sobre a situação do Karnak, a margem maior só é válida caso o servidor tenha uma jornada semanal de trabalho inferior a 40 horas. Antes, apenas quem recebia até R\$ 1.850 era beneficiado com o vale transporte. O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 05 de julho, reajustando o teto que estava congelado desde 2012, considerado um ganho para os médicos piauienses.

O benefício estadual só é válido para os municípios que possuem serviço de transporte coletivo público. O Simepi, junto à Secretaria de Saúde do Estado (Sesapi), confirma que o reajuste já estará no contracheque dos servidores ainda no mês de julho. “Esse reajuste é um benefício que abrange outras categorias do Estado, não apenas a Saúde. Outras pautas estão sendo negociadas e o Sindespi, com a união e apoio dos servidores da capital e dos municípios, tem alcançado vitórias em prol da categoria”, afirmou Edna Martins.

MÉDICOS VS FMS

No âmbito municipal teresinense, a briga dos médicos com a Fundação Municipal de Saúde (FMS) é pela **melhoria das condições de trabalho e do atendimento dos pacientes**. Semana passada, um ato em frente ao órgão exigia a presença do presidente da FMS, Silvio Mendes, a fim de discutir as pautas de reivindicação do Simepi. Na época, a pasta informou ter respondido a todos os ofícios da categoria.

“Foi formada uma comissão permanente para estar discutindo as condições de trabalho dos Médicos que estão atendendo tanto nos postos de saúde como nos hospitais. Irá ocorrer de forma contínua, exatamente para não ficar acumulando essas demandas”, divulgou a assessoria de imprensa do Simepi ao **OitoMeia**. O canal aberto entre Simepi e prefeitura é para discutir os problemas e demandas levantadas pelo sindicato.

NOTA DO SIMEPI NA ÍNTEGRA

Os médicos servidores públicos do município de Teresina estiveram reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí (SIMEPI) na noite desta terça-feira (11) para avaliar as propostas feitas pela Prefeitura de Teresina em resposta às sete paralisações de advertência nos últimos dois meses. Após votação unânime, os profissionais decidiram aceitar o que foi proposto à categoria.